VASCO DA GAMA HOMENS, VIAGENS E CULTURAS

ACTAS DO CONGRESSO INTERNACIONAL

INSÍGNIAS DAS ORDENS MILITARES PORTUGUESAS DOS SÉCULOS XVI E XVII: NOVOS TESTEMUNHOS DOCUMENTAIS

António Miguel Trigueiros

1º VOLUME

COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

INSÍGNIAS DAS ORDENS MILITARES PORTUGUESAS DOS SÉCULOS XVI E XVII: NOVOS TESTEMUNHOS DOCUMENTAIS

por
ANTÓNIO MIGUEL TRIGUEIROS

DAS INSÍGNIAS NOS RETRATOS DOS VICE-REIS E GOVERNADORES DA ÍNDIA

A história e as vicissitudes por que passaram os primeiros retratos da galeria dos vice-reis e governadores da Índia são bem conhecidas: encomendados por D. João de Castro, cerca de 1547, ao cronista Gaspar Correia, sofreram inúmeros restauros e retoques, principalmente no século XVIII, quando as figuras foram indumentadas consoante os costumes e trajos da época e no final do século passado, com a desastrosa repintagem do então capitão Gomes da Costa, até serem restaurados em 1954 no MNAA e devolvidos tanto quanto possível ao seu primitivo estado.

Um exemplo flagrante desses restauros é o retrato do vice-rei D. Pedro de Mascarenhas (1554-1555): na fotografia da «Iconografia dos Vices-Reis da Índia», publicada em *O Mundo Português* (n.os 19 a 24, Lisboa, 1935) que reproduz o retrato dito de Róncon de 1890, D. Pedro de Mascarenhas ostenta uma cruz singela da Ordem de Cristo pendente de fita ao pescoço, a qual já não figura no retrato restaurado, conforme se poderá ver na fotografia recentemente tirada em Pangim pelo Sr. Dr. Francisco Valeriano de Sá.

(Está em curso de publicação pela Sociedade de Geografia de Lisboa uma obra sobre os retratos dessa famosa galeria, de onde extraímos os diapositivos apresentados nesta ocasião, com os nossos agradecimentos ao autor e à Sociedade, pelas facilidades concedidas.)

No seu conjunto, esta galeria de retratos constitui uma das mais importantes fontes de informação sobre a evolução cronológica do desenho das insígnias das Ordens Militares portuguesas, desde meados do século XVI até à importante reforma decretada por D. Maria I a 19 de Junho de 1789. Diferentes tipos destas insígnias podem ser vistos nos seguintes retratos:

1. Governador D. Lopo Soares de Albergaria, 1515-1518 (insígnia oval de bordo perolado);
2. Almirante D. Vasco da Gama, 1524 (insígnia oval; o retrato restaurado em 1954 apresenta já evidentes sinais de profunda degradação nas ligações das tábuas);
3. Governador D. Nuno da Cunha, 1529-1538 (insígnia oval);
4. Vice-rei D. Pedro de Mascarenhas, 1554-1555 (sem insígnia);
5. Governador D. Francisco Barreto, 1555-1558 (insígnia losangular);
6. Vice-rei D. Luís de Ataíde, 1568-1571 (insígnia redonda de bordo largo);
7. Vice-rei D. António de Noronha, 1571-1573 (insígnia oval);
8. Governador general Matias de Albuquerque, 1591-1592 (insígnia oval);
9. Governador D. Manuel Mascarenhas Homem, 1656-1657 (insígnia tetralobada).

Apesar desta abundante fonte de informação, nunca tinha sido possível, até hoje, confirmar a veracidade dessas representações emblemáticas das insígnias quinhentistas e seiscentistas das três Ordens Militares portuguesas de Nosso Senhor Jesus Cristo, de S. Bento de Avis e de Sant'iago da Espada, muito frequentes, aliás, na iconografia portuguesa impressa até meados do século XVIII.

DAS INSÍGNIAS DOS COMENDADORES DOS SÉCULOS XVI E XVII

O aparecimento de dois grandes conjuntos destas insígnias de comendadores das três antigas Ordens Militares (com alguns, poucos, hábitos de Cavaleiro do mesmo tipo), constitui, assim, um acontecimento de inegável importância documental, cuja revelação pública é o principal objecto desta comunicação.

Guardadas durante séculos por antigas famílias titulares e preservadas com as etiquetas que identificam os nomes dos seus recipientes, os cerca de duzentos conjuntos até agora estudados (cada um constituído por placa de prata de coser ao peito e por pendente do pescoço de prata, solto ou com correntes) podem ser datados desde o último quartel do século XVI até meados do século XVIII.

Para apresentação nesta comunicação foram seleccionados alguns dos conjuntos mais representativos, quer pelo seu formato (oval, losangular ou de cruz singela) quer pela particular importância dos nomes etiquetados (com especial destaque para o período do final da dinastia de Avis, do início da dinastia Filipina e da Restauração) quer, ainda, pelas gravações que ostentam nos reversos (armas, brasões e retratos) e pelas diferentes formas de prisões que algumas ainda conservam (correntes de suspender ao pescoço).

1. Ordem de Cristo – *D. João de Portugal, Bispo da Guarda*, partidário de D. António (1580): insígnia oval com legenda «*Patriotas do Reino*»;
2. Ordem de Cristo – *Francisco de Sá e Menezes, Conde de Matosinhos* (em 1579), camareiro-mor do cardeal D. Henrique, um dos 5 governadores em 1580, fugiu para Espanha aquando da aclamação do Prior do Crato, participou nas Cortes de Tomar (1581): pendente oval com legenda «*Traidores do Reino*»;
3. Ordem de Cristo – *Cristóvão de Moura*, embaixador de Filipe II na Corte portuguesa, o «corruptor-mor» da nobreza, 1.º conde de Castelo Rodrigo (1591), vice-rei de Portugal em 1600 e 1608: pendente oval com legenda «*Traidores do Reino*»;
4. Ordem de Sant'iago – *D. Jerónimo Coutinho*, partidário de D. António não indultado em 1581: insígnia losangular com legenda «*Patriotas do Reino*»;
5. Ordem de Avis – *Tristão Vaz da Veiga Alcaide de S. Julião da Barra*, rendeu-se ao duque de Alba em 1580 e participou nas Cortes de Tomar: pendente oval;
6. Ordem de Cristo – *D. João da Silva 4.º Conde de Portalegre*, em 1584, embaixador de Filipe II e seu mordomo-mor, Cortes de Tomar, governador do Reino (1593): espessa insígnia losangular de prata dourada;
7. Ordem de Cristo – *D. Francisco de Portugal 1582*, 3.º conde de Vimioso, condestável na batalha de Alcântara, outro partidário de D. António que não foi indultado, executado após a batalha naval de Vila Franca do Campo, Açores, em 1582: pendente losangular datado;
8. Ordem de Sant'iago – *Senhor de Trofa*, Duarte de Lemos, outro partidário não indultado em 1581: pendente losangular com legenda «*Servidor da Causa*»;

9. Ordem de Sant'iago – *D. Estevão de Faro*, presidente do Conselho de Portugal (1608), comendador-mor em 1616, conde de Faro do Alentejo (1617): pendente losangular;
10. Ordem de Sant'iago – *Arcebispo D. Jorge de Almeida*, de Lisboa (1531--1585), Cortes de Tomar, governador de Portugal (1581), inquisidor--mor até 1585: pendente de cruz singela, de prata grossa;
11. Ordem de Cristo – *D. Miguel de Castro* (será o bispo de Viseu, que teve assento nas cortes de Tomar e faleceu em 1634, filho do 2.º conde de Basto, ou o arcebispo de Lisboa de 1585 a 1617, governador do Reino em 1593, vice-rei de Portugal em 1615 e que faleceu em 1625? Provavelmente, nem um nem outro...): pendente oval de prata dourada, tendo gravado o seu retrato no reverso, de armadura completa até às ilhargas e ostentando ao peito o próprio pendente oval da Ordem;
12. Ordem de Cristo – *D. António Prior do Crato*: dois pendentes ovais tendo gravados no reverso dois retratos diferentes, um de 1615 (?), de prata dourada, com etiqueta apensa «*Proveniente do Palácio dos Bettencourt Açores*», e o outro com a data gravada de *1592*;
13. Ordem de Sant'iago – *Comendador-mor D. Manuel de Lencastre – Braga*, cavaleiro em 1586 e nesse ano comendador de Grândola, comendador-mor já o era em 1593, comendador de S.ª Maria de Tavira em 1607, renunciou a comendador-mor em 1616: pendente oval;
14. Ordem de Cristo – *1.º Marquês de Montalvão*, D. Jorge de Mascarenhas (1639), 1.º vice-rei do Brasil (1640-41): pendente oval;
15. Ordem de Sant'iago – *D. Lourenço de Távora Bispo de Évora* (1617--1625, em 1618 visitou as igrejas das Ordens de Sant'iago e de Avis na sua jurisdição): pendente oval;
16. Ordem de Cristo – *Almirante João Pereira Corte-Real*, chefe de esquadra em 1624, governador de Cabo Verde e Guiné em 1626: pendente de cruz singela, e placa tendo aplicada no reverso uma âncora;
17. Ordem de Avis – *D. Manuel de Menezes Capitão Mor da Armada*, um notável homem de Marinha, capitão-mor das naus da Índia (1581--1616), capitão-mor da Armada (1623-1624), esteve na reconquista da Baía em 1625, comandante da Armada de Portugal em 1626, faleceu em 1628: pendente losangular e placa com uma âncora no reverso;

Diferentes tipos de insígnias representados nos retratos da Galeria dos Vice-Reis e Governadores da Índia: da esquerda para a direita, Lopo Soares de Albergaria (1515-18); D. Luís de Ataíde (1578-81); D. Pedro da Silva (1635-39) e D. Manuel Mascarenhas Homem (1656-57). Fotografias do Dr. Francisco Valeriano de Sá, por cortesia da Sociedade de Geografia de Lisboa

18. Ordem de Cristo – *Conde de Abrantes*, talvez o 4.º conde, D. Miguel de Almeida (1570-1650): conjunto de insígnias de comendador (grande pendente oval) e hábito de cavaleiro do mesmo tipo (pequeno pendente oval);
19. Ordem de Cristo – *D. Luís Alves de Távora Conde de S. João da Pesqueira*, será o 3.º conde (c. 1653), 1.º marquês de Távora (1669): pendente oval tendo gravado o seu retrato no reverso, sentado a escrever, rodeado dos livros da sua biblioteca;
20. Ordem de Avis – *General D. Fernando de Mascarenhas 1706*, 2.º marquês da Fronteira: pendente oval datado (a data corresponde ao ano da entrada em Madrid do exército português comandado pelo marquês das Minas, na guerra da Sucessão de Espanha);
21. Ordem de Santiago – *Duque de Aveiro D. Gabriel de Alencastre*, recebeu o ducado em 1732: dois conjuntos, pendentes oval e losangular;
22. Ordem de Avis – *D. António Luís de Sousa – Minas*, 2.º marquês das Minas, Campanhas da Restauração, guerra da Sucessão de Espanha: pendente oval com a Cruz da Ordem esmaltada, dentro de oval encordoada e, no reverso, a insígnia da Companhia de Jesus;
23. Ordem de Avis – *D. António Rolin de Moura*, 1.º conde de Azambuja (1763), governador do Brasil (1767), tenente-general do Exército (1777): pendente oval com as armas reais aplicadas no reverso, suspenso de uma corrente de prata dourada;
24. Ordem de Cristo – *D. Luís da Cunha*, o eminente embaixador de D. João V: placa e pendente oval de prata lisa, perolada, esmaltada e perfurada, rigorosamente conforme as insígnias representadas no seu busto de mármore de 1737, de João Baptista Xavery.

As insígnias estudadas revelam que o padrão predominante em uso, desde meados do século XVI até meados do século XVIII, era um grande pendente de pescoço de formato oval tipo «sabonete», bojudo, de prata lisa e oco, tendo soldada a estanho no anverso a Cruz da Ordem de prata lavrada, sem esmaltes (até finais do século XVII), reverso liso ou com gravados ornamentais e, no topo superior, aplicações de prata para suporte da argola de suspensão. Com dimensões variáveis entre 82 × 60 × 26 mm e 68 × 51 × 18 mm e pesos entre 68 e 45 g (para os grandes pendentes de comendador) e 50 × 36 mm,

Insígnias de comendador (placa e pendente oval) da Ordem de Cristo (D. João de Portugal), da Ordem de Avis (Tristão Vaz da Veiga) e de Sant'iago (comendador-mor D. Manuel Lencastre). Fotografias do autor

com 20 g de peso (para os pequenos hábitos de Cavaleiro), alguns apresentam outras características mais personalizadas, como, por exemplo, as armas do recipiente ou o escudo real no reverso, ou, em quatro notáveis exemplares, o seu próprio retrato gravado.

Menos frequentes são os pendentes de formato losangular e de cruz singela (apenas dois), não tendo aparecido, nestes conjuntos, qualquer exemplar de formato tetralobado que se possa datar deste período.

Inéditas são também as placas de prata de coser ao peito, que completam cada um destes conjuntos de insígnias legendadas, com formatos tão diferenciados que se pode dizer não haver duas iguais (em 1789 as placas seriam adoptadas como distintivos exclusivos dos graus de comendador e de grã-cruz).

PUXAR O FIO À HISTÓRIA, ATÉ AOS NOSSOS DIAS

Os grandes pendentes ovais dos comendadores desapareceram em meados do século XVIII, substituídos por insígnias mais concordantes com os distintivos originais das Ordens Militares. Pelo Alvará com força de Carta Régia de 13 de Maio de 1765 (já no consulado do Marquês de Pombal), D. José I, tendo-lhe sido presente uma Consulta da Mesa da Consciência e Ordens sobre o abuso, «*que de muitos anos a esta parte se tinha introduzido entre os Cavaleiros das Ordens* [...]; *arrogando-se muitos dos referidos Cavaleiros à autoridade de mudar as cores das fitas, nas quais deve andar o distintivo da Ordem, em que são professos:* [...]; *sem que seja lícito a nenhum Cavaleiro o tomar outra cor, e forma de Hábito* [...]», teve por bem ordenar, «*que daqui em diante nenhum Cavaleiro, ou Freire de qualquer qualidade, Estado ou Condição que seja, possa usar de fita preta, ou de outra prisão, ainda de ouro, mas que sómente possa usar daquele Hábito, e cor de fita, que for próprio da sua Ordem; sob pena de serem multados nas Comendas, e Tenças os Freires, e Cavaleiros transgressores, e de lhes serem impostas outras penas ao Meu Real arbitrio,* [...]» («Colecção da Legislação Portuguesa, 1763/1774», de António Delgado da Silva, ano de 1765, p. 192.)

A 19 de Junho de 1789, D. Maria I decreta uma importante reforma das Ordens Militares portuguesas, ainda hoje mal estudada, frequentemente inter-

Insígnias de comendador e hábito da Ordem de Cristo de formato oval (conde de Abrantes) e de formato losangular (D. Francisco de Portugal); insígnias da Ordem de Sant'iago de formato losangular (D. Jerónimo Coutinho). Fotografias do autor

pretada como tendo originado a «secularização» das Ordens Militares e a sua transformação em Ordens de Mérito, o que de facto só viria a suceder em 1834. Dessa reforma saíram novos desenhos para as insígnias das Ordens, designadamente placas de peito (comendadores e grã-cruzes) e um grande pendente oval da banda de seda dos grã-cruzes, cuja origem emblemática, apesar de desconhecida, sabe-se agora ter sido inspirada nas antigas insígnias dos comendadores quinhentistas e seiscentistas.

Em traços gerais, essa Reforma de 1789 tinha como objectivo «*a melhoria da dignidade civil e política das três Ordens Militares portuguesas*», tendo sido tomadas as seguintes principais acções regulamentares:

1 – introdução no desenho das insígnias dos comendadores (placa e pendente do pescoço), de um novo distintivo, como sinal e testemunho da devoção da rainha ao Sagrado Coração de Jesus;

2 – criação de um grau novo, à semelhança do que há muito se praticava em outras Ordens estrangeiras, o de GRÃ-CRUZ, um grau de promoção dos comendadores nas Comendas em que estavam providos, passando a constituir o primeiro grau puramente honorífico das Ordens Militares portuguesas. Um exemplo historicamente interessante da primeira excepção a essa regra foi a nomeação, em 1796, de Manuel Godoy, Príncipe de la Paz, como Grã-Cruz Extraordinário da Ordem de Cristo, criada para ele «*sem exemplo, por não haver vaga*» (Carta Régia de 21 de Março de 1796, AN/TT, «Registo de Nomeações de Grão Cruzes, 1789/1846», MR, ASE, Livro 200, fol. 42 v.);

3 – ordenamento das investiduras das Ordens: *Avis* corpo militar; *Sant'iago* corpo da magistratura; e *Cristo* postos e cargos políticos, civis e militares;

4 – criação de uma insígnia própria da dignidade de grão-mestre das três Ordens Militares, a grã-cruz ou *Banda das Três Ordens Militares de Cristo, de Avis e de Sant'iago*, para uso do Soberano e do príncipe herdeiro, como comendador-mor das três Ordens (passou também a ser concedida a chefes de Estado estrangeiros desde 1824);

5 – embora não o refira, dessa reforma saiu também uma nova insígnia destinada aos Infantes, a grã-cruz ou *Banda das Duas Ordens Militares de Cristo e de Avis*, igualmente concedida a príncipes estrangeiros desde 1823;

6 – no resto, com excepção da isenção das provanças e habilitações para a Ordem de Avis, no caso de se tratar de militar, ficou tudo na mesma:

Retratos gravados no reverso de dois pendentes de comendador da Ordem de Cristo: D. António Prior do Crato, datado de 1592, e de D. Luís Álvares de Távora, 1.º marquês de Távora. Fotografias do autor

Insígnias de comendador da Ordem de Cristo que pertenceram a D. Luís da Cunha e que figuram no seu busto de mármore esculpido por Xavery em 1737. Fotografia do autor

não houve secularização das Ordens, nem a sua transformação em Ordens Honoríficas ou de Mérito, nem qualquer tipo de reforma do tradicional regime de premiar os serviços relevantes prestados à Coroa pela atribuição de Hábitos e de suas Tenças pecuniárias, ou de Comendas rendosas.

Abolida a Monarquia em 1910, desapareceu também o pendente oval da banda de seda dos grã-cruzes das Ordens Militares de Cristo, de S. Bento de Avis e de Sant'iago da Espada. Com o restabelecimento da *Banda das Três Ordens* em 1918, por Sidónio Pais, como distintivo da chefia de Estado, foi também restabelecido o tradicional pendente oval da banda, a única insígnia que, ainda hoje, guarda no seu formato a memória dos grandes pendentes ovais quinhentistas dos comendadores das antigas Ordens Militares portuguesas.